
Clipping n° 1194

, 29 Julho 2013 - 11:41:59

Expedição de papelão teve queda em junho A Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO) teve um volume 1,51% inferior a junho de 2012 na expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado em junho deste ano, que somou 270.728 toneladas. Já referente a maio, o volume foi 3,38% menor. O acumulado do ano chegou a 1.657.275 toneladas, uma variação de 3,85% mais alta na comparação com o mesmo período do ano passado. A categoria de produtos alimentícios continua com a maior parte da porcentagem total das expedições: mais de 44%. Celulose Online

São José do Rio Preto sediar a Semana de Artes Gráficas em agosto Os profissionais gráficos de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, poderão reciclar seus conhecimentos na próxima edição da Semana de Artes Gráficas (SAG) que, em agosto, será realizada na cidade entre os dias 19 e 23, no Hotel Nacional Plaza Inn. Organizada pela Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG), o evento tem por objetivo aperfeiçoar as habilidades dos profissionais da área com debates e palestras sobre os temas que estão em voga no setor. As inscrições são gratuitas e custeadas em 100% pela ABIGRAF-SP, então não perca tempo e acesse www.abtg.org.br/semana-de-artes-graficas para garantir a sua vaga. Mais informações poderão ser obtidas no mesmo link, pelo e-mail sag@abtg.org.br ou pelo telefone (11) 2797-6716.ABTG

Pisos salariais têm ganho superior à inflação, informa Dieese A quase totalidade dos acordos trabalhistas assinados no ano passado produziu ganhos reais para os pisos salariais, informa balanço do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado nesta quinta-feira (25). Segundo a pesquisa, que leva em conta as negociações registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) do Departamento, 98% dos 696 reajustes ficaram acima da inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento informa que as faixas de aumento entre 8,01% e 9% e de 2,01% a 3% foram as de maior destaque, representando 14,4% e 13,5% das negociações, respectivamente. Mesmo os acordos que produziram reajustes abaixo da inflação ficaram próximos ao INPC, com percentual entre 0,01% e 1% inferior ao índice, assinala o documento. Em relação aos valores definidos para os pisos, 7% correspondiam ao salário mínimo vigente no período, de R\$ 622. Na comparação com 2011, houve leve acréscimo desse percentual: cerca de 6% das unidades de negociação definiam o salário mínimo como piso. A maior parte (50%) dos pisos no ano passado correspondeu a até R\$ 729,90 e 25% tinham valor de até R\$ 664,50. O valor médio dos pisos analisados ficou em R\$ 808,89. Em 2012, o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese variou de R\$ 2.295,58, em março, para R\$ 2.617,33, em outubro. O valor médio anual ficou em R\$ 2.463,80. Na comparação com o valor do salário mínimo, o valor definido pelo departamento variou de 3,69 a 4,21 vezes o seu valor. A média anual ficou em 3,96 salários mínimos. (Fonte: Agência Brasil)

Ministério do Trabalho confirma reajuste de 9% no seguro-desemprego O Ministério do Trabalho e Emprego confirmou, na última terça-feira (23), que está acertada a nova correção do seguro-desemprego para os trabalhadores que têm direito ao benefício no valor acima de um salário mínimo (R\$ 678). De acordo com o índice usado atualmente para essa faixa, o reajuste é 6,2%. Quando a medida for aprovada, o percentual passará para 9%, antiga base de cálculo do seguro e usada para o reajuste

do salário mínimo. A medida tem de ser aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) no próximo dia 31, o que deverá ocorrer, segundo o presidente do conselho e secretário de Políticas Públicas do ministro, Sérgio Vidigal. O ministro do Trabalho estima que sejam gastos cerca de R\$ 30 bilhões com o pagamento de seguro-desemprego neste ano. O reajuste dos valores deverá gerar despesa de R\$ 250 milhões, caso seja aprovado para o início de agosto. Cerca de 50% dos que têm direito ao seguro-desemprego serão beneficiados pela medida. De acordo com o ministro, o impacto da mudança já está incluído no aporte de R\$ 7 bilhões previstos pelo Tesouro para a desoneração de recolhimento do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) nas folhas de pagamento. Segundo o secretário Sérgio Vidigal, a medida teve o aval da Casa Civil e do ministro da Fazenda, apesar da preocupação com os gastos adicionais no contexto dos atuais cortes de despesas. Por isso, o ministro do Trabalho deverá renegociar as aplicações do Codefat para o próximo ano. (Fonte: Agência Brasil)

Dilma veta fim dos 10% de multa adicional do FGTS A presidente Dilma Rousseff vetou nesta quinta-feira, integralmente, o Projeto de Lei Complementar 200, que acabava com a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) paga pelas empresas nos casos de demissões sem justa causa. A proposta, se fosse sancionada, retiraria R\$ 3 bilhões anuais dos cofres da União. O texto previa o fim da cobrança da contribuição a partir de 1.º de junho deste ano. Leia também: Taxa de desemprego fica em 6% em junho Brasil abre 123,8 mil vagas de emprego em junho Opções de negócio para quem quer trabalhar em casa "A extinção da cobrança da contribuição social geraria um impacto superior a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) por ano nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contudo a proposta não está acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e da indicação das devidas medidas compensatórias, em contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal", argumenta Dilma na mensagem enviada ao Congresso com as razões do veto. "A sanção do texto levaria à redução de investimentos em importantes programas sociais e em ações estratégicas de infraestrutura, notadamente naquelas realizadas por meio do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Particularmente, a medida impactaria fortemente o desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, cujos beneficiários são majoritariamente os próprios correntistas do FGTS", acrescenta. A multa adicional foi criada em 2001 para zerar o rombo decorrente de decisões judiciais que obrigaram o governo a compensar o fundo pelas perdas relativas aos Planos Verão, no Governo Sarney, e Collor I. O déficit foi coberto em julho de 2012 e desde então os recursos seguem para o cofre da União, contribuindo para o superávit primário. Fonte: Estadão

Jorge Caetano Fermino